



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 02, de 02 de janeiro de 2013, que:

“Dispõe sobre os subsídios dos Magistrados ativos, inativos e pensionistas do Poder Judiciário do Estado do Piauí, referido no art. 93, V, da Constituição Federal, e dá outras providências.”

AUTOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: Dep. GUSTAVO NEIVA

I – RELATÓRIO

Nos termos dos art.s 47, inciso VI, 59, 60 e 61 do Regimento Interno, foi nomeado relator da presente proposição para emitir parecer sobre a constitucionalidade da matéria, observando sua adequação com as normas esculpidas na Constituição Federal/88 e na Constituição Estadual/89.

Com efeito, a proposição objetiva reajustar os subsídios dos Magistrados ativos, inativos e pensionistas do Poder Judiciário do Estado do Piauí, escalonando seus valores para este ano de 2013 até o ano de 2016, tudo conforme sua atual previsão orçamentária e as vindouras.

II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado, observa-se que a presente proposição já foi apreciada nesta comissão tendo obtido parecer favorável para sua normal tramitação posto que a

mesma encontrava-se em consonância com a boa técnica legislativa e sob o aspecto constitucional nenhum óbice ao seu conteúdo.

Com efeito, na Comissão de Fiscalização Controle e Finanças, o relator assim se manifestou e foi aprovado o seu parecer, se absteve da votar a Dep. Juliana Moraes Sousa, com o seguinte conteúdo:

“Há de se observar que o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí possui autonomia administrativa e financeira para dentro do que lhe couber no Orçamento Geral do Estado do Piauí, gerir sua aplicação dentro de sua seara de competência. No entanto, entendo que o art. 3º do Projeto de Lei deve ser suprimido posto que retira deste Poder Legislativo a apreciação da matéria para as futuras correções aplicando-lhes apenas um percentual máximo sobre os subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, pelo que voto pela sua normal tramitação e aprovação com a supressão do artigo retro mencionado.”

Desta forma o voto do relator é pela aprovação da matéria conforme o parecer da Comissão de Fiscalização, Controle e Finanças, ou seja, com a supressão do art. 3º do Projeto de Lei.

() pela aprovação

() pela rejeição

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 02 de abril de 2013.


DEP. GUSTAVO NEIVA
relator

